

Brady exclui Argentina e o Brasil de seu plano

O secretário acha que, antes de ter a dívida abatida, os 2 países devem estabilizar-se

CIDADE DO MÉXICO —

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, descartou ontem a possibilidade de o Brasil e a Argentina virem a se beneficiar com os mecanismos de redução da dívida externa aplicados recentemente no acordo entre o governo mexicano e o comitê de bancos credores. "Nem o Brasil nem a Argentina estão em condições, no momento, de fechar um negócio como o mexicano, precisando antes realizar substanciais esforços para estabilizar suas economias", afirmou Brady, momentos antes de começar a sétima reunião anual bilateral entre funcionários dos governos dos EUA e do México, na capital mexicana. Liderada pelo secretário de Estado, James Baker, a delegação norte-americana, além de Brady, incluiu a representante-comercial da Casa Branca, Carla Hills, e o secretário do Comércio dos Estados Unidos, Robert Mosbacher.

Mostrando-se muito impressionado com o desempenho das medidas de saneamento econômico adotadas pelo governo do presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari, Brady chegou a sugerir que o país talvez nem precise do crédito-ponte de US\$ 2 bilhões prometido, no final da cúpula dos sete ricos (G-7), dia 14, em Paris, pelo presidente

George Bush. "Com o capital que começará a afluir para o México, acreditamos ser dispensável a concessão do empréstimo-ponte de US\$ 2 bilhões", afirmou o secretário. Brady disse que, além dos novos empréstimos que muitos bancos credores estarão dispostos a fazer ao país, há o repatriamento maciço de dólares (ver box) que começa a ocorrer.

O secretário do Tesouro acha que dos países do Terceiro Mundo altamente endividados muito poucos poderão seguir a trilha aberta pelo acordo mexicano. Para ele, na prática, apenas as Filipinas, Costa Rica, Venezuela e Marrocos têm chances de ver o total e o serviço de suas dívidas reduzidos. "Estes países são os únicos que têm portas abertas para convencer os bancos internacionais a aceitar perdas sobre o valor de face de seus créditos", declarou Brady.

Além da questão da dívida externa — e o acordo inédito com o comitê de bancos —, a conferência de um dia entre mexicanos e norte-americanos também analisou as relações comerciais entre os dois países, num sentido mais amplo, e assuntos polêmicos como imigração ilegal e tráfico de drogas. "Pedimos tolerância zero com o envio de drogas para o mercado norte-americano", destacou o secretário de Estado, Baker, assim que abriu a sessão de debates. De acordo com assessores, com essa conferência se pretende preparar uma cúpula presidencial entre Bush e Salinas, outubro, em Washington.



Associated Press-11/3/89

Brady: 'Poucos na trilha mexicana'

México espera a volta dos dólares

CIDADE DO MÉXICO — O governo mexicano espera, nos próximos meses, o retorno de US\$ 12 bilhões de capital expatriado, como resultado das facilidades fiscais recentemente decretadas. Ao fazer a estimativa, o subsecretário da Receita, Francisco Gil Diaz, afirmou que as novas medidas para atrair o dinheiro ao país "garantem tranquilidade" aos investidores.

O retorno de US\$ 12 bilhões, segundo cálculos do governo, significa apenas a quinta ou sexta parte das divisas mexicanas existentes fora do país, entre US\$ 50 bilhões e US\$ 70 bilhões. A isenção fiscal é oferecida a quem repatriar capitais saídos do México nos últimos três anos.